Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Cuidados paliativos e desenvolvimento sustentável no Brasil: desigualdades, desafios e perspectivas

Palliative care and sustainable development in Brazil: inequalities, challenges, and prospects

Cuidados paliativos y desarrollo sostenible en Brasil: desigualdades, desafíos y perspectivas

Juliana de Souza Lima Coutinho[1], Carla de Fatima Januario[1], Gabriela Tavares Boscarol[1], Júlio Cesar Paixão[2], Thaís Nadu Santos Barbosa[3], Luana Vieira Toledo[4], Sônia Maria Soares[1].

RESUMO

Objetivo: Analisar os desafios e as perspectivas para a consolidação dos Cuidados Paliativos no Brasil, com ênfase em sua interface com o desenvolvimento sustentável e as políticas públicas de saúde. **Revisão bibliográfica:** Os achados evidenciam a concentração dos serviços de Cuidados Paliativos em grandes centros urbanos, a escassez de profissionais devidamente capacitados e a insuficiência de financiamento como os principais entraves à ampliação desses cuidados no país. Além disso, observou-se que os Cuidados Paliativos podem contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável, ao promoverem justiça social, redução das desigualdades e fortalecimento de redes comunitárias, sobretudo em territórios marcados por maior vulnerabilidade. **Considerações finais:** A consolidação dos Cuidados Paliativos no Brasil exige uma abordagem integrada entre políticas públicas, investimentos contínuos em formação profissional e estratégias que favoreçam sua inserção nas agendas voltadas à equidade em saúde e ao desenvolvimento sustentável, assegurando, assim, um cuidado digno, integral e acessível a toda a população.

Palavras-chave: Cuidados paliativos, Política pública, Desenvolvimento sustentável, Equidade em saúde, Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

Objective: To analyze the challenges and prospects for the consolidation of Palliative Care in Brazil, with an emphasis on its interface with sustainable development and public health policies. **Literature review:** The findings highlight the concentration of Palliative Care services in major urban centers, the shortage of adequately trained professionals, and insufficient funding as the main barriers to the expansion of such care in the country. Furthermore, it was observed that Palliative Care can significantly contribute to sustainable development by promoting social justice, reducing inequalities, and strengthening community networks, particularly in socially vulnerable areas. **Final considerations:** The consolidation of Palliative Care in Brazil requires an integrated approach involving public policies, continuous investment in professional training, and strategies that support its integration into health equity and sustainable development agendas, thereby ensuring dignified, comprehensive, and accessible care for the entire population.

Keywords: Palliative care, Public policy, Sustainable development, Health equity, Social vulnerability.

RESUMEN

Objetivo: Analizar los desafíos y las perspectivas para la consolidación de los Cuidados Paliativos en Brasil, con énfasis en su interfaz con el desarrollo sostenible y las políticas públicas de salud. **Revisión bibliográfica:**

[1] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte - MG.
[2] Centro Universitário Una (UNA), Belo Horizonte - MG.
[3] Hospital Risoleta Tolentino Neves, Belo Horizonte - MG.
[4] Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - MG.

SUBMETIDO EM: 7/2025 | **ACEITO EM: 8/2025** | **PUBLICADO EM: 9/2025**

Los hallazgos evidencian la concentración de los servicios de Cuidados Paliativos en los grandes centros urbanos, la escasez de profesionales debidamente capacitados y la insuficiencia de financiación como los principales obstáculos para la expansión de estos cuidados en el país. Además, se observó que los Cuidados Paliativos pueden contribuir de manera significativa al desarrollo sostenible al promover la justicia social, la reducción de desigualdades y el fortalecimiento de redes comunitarias, especialmente en territorios marcados por una mayor vulnerabilidad social. **Consideraciones finales:** La consolidación de los Cuidados Paliativos en Brasil requiere un enfoque integrado entre políticas públicas, inversiones continuas en formación profesional y estrategias que favorezcan su incorporación en las agendas orientadas a la equidad en salud y al desarrollo sostenible, garantizando así una atención digna, integral y accesible para toda la población.

Palabras clave: Cuidados paliativos, Política pública, Desarrollo sostenible, Equidad en salud, Vulnerabilidad social.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional e o aumento da prevalência de doenças crônicas representam um dos maiores desafios para os sistemas de saúde em escala global e nacional. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que, até 2050, a proporção da população mundial com mais de 60 anos alcançará 22%, sendo que 80% dos idosos viverão em países de baixa e média renda, com implicações diretas para a incidência de doenças como câncer, enfermidades cardiovasculares, respiratórias e neurodegenerativas (WHO, 2024). No Brasil, essa transição demográfica é acelerada, sendo previsto que, em menos de duas décadas, o número de idosos ultrapasse o de crianças e adolescentes, o que gera forte impacto na demanda por serviços de saúde (IBGE, 2023).

Paralelamente, observa-se o predomínio das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) como as principais causas de morbimortalidade (IHME, 2019), demandando intervenções complexas, contínuas e que vão além da abordagem curativa. Nesse contexto, os cuidados paliativos (CP) têm se consolidado como uma estratégia essencial para a promoção da qualidade de vida de pessoas com doenças graves e ameaçadoras à vida, ao oferecer suporte integral para o alívio do sofrimento físico, psicológico, social e espiritual, tanto dos pacientes quanto de suas famílias (OMS, 2020).

Embora os CP sejam reconhecidos globalmente como um direito humano e parte fundamental da cobertura universal de saúde, sua implementação permanece desigual. Dados da Worldwide Hospice Palliative Care Alliance apontam que mais de 80% da população mundial carece de acesso adequado a serviços de CP, especialmente em países de baixa e média renda (WHPC, 2020). No Brasil, o cenário não é diferente. Apesar dos avanços normativos, como a Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP), aprovada em dezembro de 2023, os serviços permanecem concentrados em grandes centros urbanos, com cobertura insuficiente em regiões periféricas, rurais e de vulnerabilidade social (BRASIL, 2024; PROADI-SUS, 2023). Estima-se que apenas 10% das pessoas que necessitam de CP no país tenham acesso a esses serviços (BRASIL, 2021).

Além dos desafios estruturais, como o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a escassez de profissionais especializados, persistem barreiras culturais e sociais. Estudos apontam o desconhecimento sobre o conceito de CP tanto entre a população quanto entre profissionais de saúde, que muitas vezes associam essas práticas exclusivamente ao cuidado de fim de vida, limitando sua oferta precoce e integral (VEIGA DR, et al., 2016). Um aspecto emergente no debate contemporâneo é a interface entre CP e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente no que tange à promoção da equidade em saúde e da justiça social.

Em territórios vulnerabilizados, os CP podem contribuir para a redução das desigualdades no acesso aos serviços de saúde, o fortalecimento das redes comunitárias e o respeito aos saberes locais, alinhando-se às metas de saúde universal e desenvolvimento sustentável (FONSECA AM, et al., 2023; MESQUITA MGR, et al., 2023). Diante desse panorama, este estudo tem como objetivo discutir os desafios e as perspectivas para a consolidação dos CP no Brasil, com ênfase na interface entre políticas públicas, desenvolvimento sustentável e equidade no acesso à saúde.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Revisão narrativa da literatura, que busca discutir os desafios e as perspectivas dos CP no Brasil, enfatizando a interface com políticas públicas e desenvolvimento sustentável. A revisão crítica possibilita o levantamento, análise e síntese de produções acadêmicas, documentos técnicos e normativos, articulando diferentes perspectivas teóricas sobre o tema (GREENHALGH T E THOROGOOD N, et al., 2018). A busca por literatura foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Web of Science (WoS), além da plataforma Google acadêmico a fim de captar outros tipos de produções de literatura cinzenta. Foram utilizados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Cuidados Paliativos, Desenvolvimento Sustentável e Política Pública. Os descritores foram combinados por meio do operador booleano AND.

A estratégias de busca utilizada foi: "Cuidados Paliativos" AND "Desenvolvimento Sustentável"; "Cuidados Paliativos" AND "Política Pública" nos idiomas português e inglês. Foram incluídos documentos que abordassem os CP, com foco em políticas públicas e desenvolvimento sustentável, completos disponíveis em acesso aberto. Foram desconsiderados: trabalhos que não abordassem diretamente os CP, artigos de opinião, editoriais, resenhas, trabalhos duplicados nas bases de dados e aqueles que não estavam disponíveis na íntegra. A leitura dos estudos foi realizada em três momentos: leitura dos títulos e resumos para identificar a relevância dos estudos em relação aos objetivos da pesquisa; Análise completa dos textos selecionados na etapa anterior e Organização dos principais achados.

A análise dos conteúdos foi orientada pelas seguintes questões norteadoras: Como os CP são abordados no contexto global e no Brasil? Quais os principais desafios para a implementação da PNCP? De que forma os CP podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, especialmente em contextos de vulnerabilidade social? A revisão permitiu identificar e analisar produções acadêmicas relevantes sobre os CP. A amostra foi composta por documentos de 2018 a 2024, contemplando artigos, dissertações, protocolos e resoluções. Foram analisados diversos documentos, após sua leitura, serão discutidos e eixos temáticos: Abordagem dos CP no cenário global e brasileiro; Desafios para implementação dos CP no Brasil; Contribuições dos CP para o desenvolvimento sustentável. A discussão baseou-se na literatura selecionada e em documentos normativos, como a PNCP.

Abordagem dos cuidados paliativos no contexto global e brasileiro

Os CP são reconhecidos internacionalmente como um componente essencial dos sistemas de saúde, para a melhoria da qualidade de vida de indivíduos que enfrentam doenças graves e potencialmente ameaçadoras à vida, bem como de suas famílias. A OMS destaca os CP como um direito humano e uma estratégia para garantir o acesso universal a serviços de saúde de qualidade (WHPC, 2020). O conceito de CP evoluiu ao longo das últimas décadas. Em 1990, os CP eram definidos como cuidados ativos e integrais voltados a pacientes cujas doenças não respondiam mais ao tratamento curativo. Essa definição passou por importantes atualizações, sendo ampliada em 2002, quando a OMS reforçou a centralidade da melhoria da qualidade de vida, do alívio do sofrimento e da atuação precoce na trajetória da doença (WANTONORO W, et al., 2022).

Em 2017, a International Association for Hospice and Palliative Care consolidou uma definição mais ampla, considerando os CP como uma abordagem ativa, integral e interdisciplinar, destinada a indivíduos de todas as idades que enfrentam sofrimento significativo relacionado a condições graves de saúde, especialmente em situações de complexidade ou proximidade do fim da vida (IAHPC, 2019). Atualmente, os CP são compreendidos como uma abordagem que visa à melhoria da qualidade de vida de pacientes e suas famílias, por meio da identificação precoce, avaliação adequada e manejo eficaz da dor, dos sintomas físicos, dos aspectos psicossociais e das necessidades espirituais (CASTILHO JL, et al., 2021; WHPC, 2020). Essa abordagem defende o cuidado centrado no paciente, considerando valores individuais, preferências, biografia e proporcionalidade terapêutica.

Reconhecendo o impacto das doenças crônicas e do envelhecimento populacional, organizações internacionais vêm instigando os Estados-membros a integrarem os CP em seus sistemas de saúde. Em 2014, a Assembleia Mundial da Saúde aprovou a resolução que recomenda a incorporação dos CP em todos os níveis de atenção e políticas públicas, como parte dos esforços para alcançar a cobertura universal de

saúde (OMS, 2014). Além disso, a OMS e entidades internacionais propõem estratégias que incluem o desenvolvimento de políticas nacionais específicas, o fortalecimento da formação de profissionais, o investimento em pesquisas e a ampliação do financiamento para serviços de CP, especialmente em países de baixa e média renda, onde as lacunas de acesso são mais expressivas (CONNOR SR, et al., 2018; KNAUL FM, et al., 2018; OMS, 2018).

Essas medidas visam não apenas aumentar a disponibilidade de serviços, mas também assegurar sua qualidade e sustentabilidade, promovendo uma resposta coordenada às necessidades de cuidados ao longo do curso das doenças crônicas e ameaçadoras à vida. Nesse contexto, destaca-se a importância da articulação entre governos, organizações não governamentais, universidades e instituições de saúde para a construção de sistemas mais resilientes e sensíveis ao sofrimento humano. Países como o Reino Unido, o Canadá e a Austrália representam referências na consolidação dos CP, com modelos integrados entre os níveis primário, secundário e terciário de atenção, além de investimentos em programas de formação, pesquisa e inovação tecnológica (ARIAS-CASAIS N, et al., 2019; SMITH TJ, et al., 2019).

Nesses contextos, os CP estão inseridos de forma transversal nos sistemas de saúde, com protocolos bem definidos, ampla cobertura de serviços e uma cultura institucional que reconhece o valor dos CP desde o diagnóstico até o final da vida, beneficiando pacientes e famílias. No Brasil, apesar dos avanços recentes, os CP ainda se encontram em processo de consolidação. A aprovação da PNCP, em dezembro de 2023, constitui um marco importante ao estabelecer diretrizes para a organização e prestação de serviços de CP no âmbito do SUS. A PNCP reforça a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, centrada no paciente e pautada no alívio do sofrimento e na melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2024). Trata-se de um passo significativo para integrar os CP às redes de atenção à saúde, promovendo equidade e dignidade no cuidado prestado em todos os níveis assistenciais.

Contudo, a implementação dessa política enfrenta desafios estruturais e socioculturais. Apesar do reconhecimento internacional dos CP como parte integrante do cuidado em saúde, no Brasil, ainda predominam concepções restritivas, que associam os CP apenas ao cuidado de fim de vida, dificultando sua oferta precoce e integral (BRASIL, 2024; VEIGA DR, et al., 2016). Essa visão limitada impacta diretamente na formação dos profissionais e na organização dos serviços, além de contribuir para a resistência de parte da população em aceitar os CP como um direito garantido desde o diagnóstico de condições incuráveis.

Além disso, persiste uma distribuição desigual dos serviços no território nacional. Estudos apontam concentração dos serviços de CP nas regiões Sudeste e Sul, enquanto áreas rurais, regiões de menor desenvolvimento socioeconômico e comunidades indígenas ou ribeirinhas carecem de oferta adequada (CASTILHO JL, et al., 2021; PROADI-SUS, 2023; RODRIGUES AL, et al., 2022). Essa disparidade contrasta com as iniciativas de países desenvolvidos, que buscam garantir o acesso equitativo aos CP, inclusive em territórios remotos e vulnerabilizados. A escassez de profissionais capacitados, infraestrutura limitada e ausência de políticas regionais eficazes agravam essa desigualdade, revelando a urgência de estratégias intersetoriais.

Diante desse panorama, destaca-se a necessidade de ampliar o debate sobre CP no Brasil, superando barreiras culturais, fortalecendo políticas públicas e investindo na formação de profissionais, de modo a garantir o acesso universal e equitativo aos CP, em consonância com as diretrizes internacionais e os princípios do SUS. É fundamental promover campanhas de conscientização, sensibilizar gestores e inserir o tema nos currículos da graduação em saúde, fomentando uma cultura do cuidado que valorize o conforto, a autonomia e a dignidade de quem vive com doenças graves.

Desafios na Implementação de cuidados paliativos no brasil

Apesar dos avanços recentes, a implementação dos CP no Brasil enfrenta múltiplos desafios estruturais, sociais e políticos, que limitam a efetividade das políticas públicas e a garantia de acesso equitativo aos serviços. A distribuição geográfica desigual dos CP constitui um dos principais entraves, com concentração de serviços em grandes centros urbanos e regiões economicamente mais desenvolvidas, enquanto áreas rurais, comunidades periféricas e territórios da Amazônia Legal permanecem subatendidos (PROADI-SUS,

2023; WHPC, 2020). Essa concentração revela não apenas uma questão de infraestrutura, mas também um reflexo das desigualdades históricas que marcam o sistema de saúde brasileiro, onde os recursos e as decisões estratégicas frequentemente se concentram em áreas com maior capacidade técnica e econômica.

Dados do Ministério da Saúde revelam que apenas cerca de 10% dos municípios brasileiros possuem oferta formal de serviços de CP, sendo que a maior concentração ocorre nas regiões Sudeste e Sul, com destaque para os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (ANCP, 2020; BRASIL, 2024). Em contrapartida, a região Norte apresenta as menores taxas de cobertura, agravando as desigualdades no acesso ao cuidado em saúde. Essa realidade compromete o princípio da equidade do SUS, uma vez que milhões de brasileiros permanecem privados do direito ao alívio da dor e do sofrimento.

Outro obstáculo crítico refere-se à ausência de financiamento adequado e de fontes contínuas de recursos para a expansão e qualificação dos serviços de CP. Embora a PNCP estabeleça diretrizes importantes, a falta de orçamento específico compromete sua efetivação plena no âmbito do SUS (BRASIL, 2024). Além disso, a escassez de mecanismos de monitoramento e avaliação dificulta a mensuração dos resultados e o aprimoramento contínuo das ações implementadas, tornando a política vulnerável à descontinuidade.

Em um estudo de análise ecológica global, Clark D, et al. (2021) evidenciaram que o desenvolvimento dos CP é mais avançado em países com elevada proporção de mortes por DCNT, maior percentual de população idosa, alta renda per capita e sistemas políticos estáveis. Por outro lado, nações com altos índices de mortalidade infantil, prevalência de doenças infecciosas e contextos de instabilidade política ou corrupção tendem a apresentar baixa cobertura e qualidade dos serviços de CP. Esses achados evidenciam que o desenvolvimento dos CP está intrinsecamente ligado às condições sociais e econômicas mais amplas de cada país, exigindo uma abordagem intersetorial para sua consolidação.

A escassez de profissionais qualificados também representa uma limitação significativa para a consolidação dos CP no Brasil. A formação em CP ainda é incipiente nos currículos dos cursos de graduação em saúde, o que resulta em um déficit de profissionais preparados para atuar nessa área (CASTILHO JL, et al., 2021; COSTA LA e SILVA MJP, 2022; GONÇALVES RS, et al., 2018). Essa lacuna na formação compromete a oferta de um cuidado centrado no paciente e baseado em princípios éticos e científicos, especialmente em unidades de atenção primária e hospitais de pequeno porte.

Apesar de avanços normativos recentes, como a Resolução CNE/CES nº 3/2022, que tornou obrigatória a inclusão dos CP nos currículos dos cursos de Medicina no Brasil, a formação especializada ainda carece de estrutura robusta e abrangente (BRASIL, 2022). Em contraste, países como o Reino Unido e o Canadá já oferecem programas estruturados de residência e pós-graduação em CP, o que contribui para a qualificação da força de trabalho e para a melhoria contínua dos serviços (ARIAS-CASAIS N, et al., 2019). Tais experiências demonstram que o investimento em formação especializada é um fator-chave para a expansão e consolidação dos CP.

Além da dimensão técnica, os CP exigem um olhar ampliado e interdisciplinar, que envolva aspectos éticos, sociais, culturais e econômicos. Para isso, é fundamental o desenvolvimento de competências como a comunicação eficaz, a empatia e o pensamento crítico, que devem ser estimulados desde a formação inicial dos profissionais de saúde (COUTINHO JSL, et al., 2024; GARCIA FS, et al., 2024). Essas habilidades não apenas humanizam o cuidado, como também fortalecem o vínculo entre profissionais, pacientes e famílias, contribuindo para a integralidade da atenção.

Nesse sentido, estratégias de educação e capacitação contínua são essenciais para a qualificação dos serviços e a superação das lacunas existentes. Iniciativas como cursos de curta duração, workshops, simulações e grupos de discussão têm se mostrado eficazes para o desenvolvimento de habilidades específicas e para a sensibilização dos profissionais, favorecendo mudanças de comportamento e práticas alinhadas aos princípios dos CP (COUTINHO JSL, et al., 2023; INCA, 2022). A criação de redes colaborativas de ensino e pesquisa também pode fortalecer a difusão de conhecimentos e boas práticas na área. Por fim, destaca-se que os desafios para a implementação dos CP no Brasil também incluem barreiras culturais e de percepção.

Muitos profissionais de saúde e parte da população ainda associam os CP exclusivamente ao cuidado de fim de vida, desconsiderando seu potencial de atuação em diferentes fases da doença e sua contribuição para a qualidade de vida, o que reforça a necessidade de campanhas de sensibilização e educação permanente (CASTILHO JL, et al., 2021; MORAIS ML, et al., 2022). Combater essas concepções equivocadas é um passo essencial para promover uma mudança de paradigma no cuidado em saúde. Superar tais desafios exige uma abordagem integrada que envolva políticas públicas robustas, investimentos estruturais, fortalecimento dos processos formativos e mudanças culturais, garantindo, assim, a oferta universal e equitativa dos CP em todo o território nacional.

Cuidados paliativos e o desenvolvimento sustentável

A promoção do desenvolvimento sustentável, entendido como o equilíbrio entre crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social, depende do fortalecimento de políticas públicas que assegurem o acesso equitativo à saúde e a redução das desigualdades (ONU, 2015). Nesse contexto, os CP podem ser uma estratégia relevante para o alcance dos ODS, especialmente no que se refere à saúde universal, à equidade e à justiça social. A abordagem holística dos CP, que integra dimensões físicas, emocionais, sociais e espirituais do cuidado, está alinhada aos princípios da sustentabilidade, ao considerar o bem-estar presente sem comprometer as necessidades das futuras gerações (WHO, 2020; FONSECA AM, et al., 2023).

Essa perspectiva ganha especial relevância em territórios marcados pela vulnerabilidade social, como áreas rurais, comunidades periféricas e regiões remotas, onde o acesso aos serviços de saúde é limitado e as condições socioambientais impactam diretamente a saúde da população. A relação entre CP e justiça ambiental, no entanto, ainda é pouco explorada na literatura científica. Em cenários de vulnerabilidade, a ausência de infraestrutura adequada, as grandes distâncias geográficas em relação aos centros urbanos e a escassez de recursos naturais, como água e energia, configuram barreiras para a implementação de serviços de CP, agravando as desigualdades no acesso ao cuidado (CASTILHO JL, et al., 2021; GONÇALVES RS, et al., 2018).

Adicionalmente, os efeitos das mudanças climáticas, como o aumento da frequência de desastres naturais, têm gerado crises sanitárias e sociais, ampliando o número de pessoas afetadas por doenças crônicas, respiratórias e condições de sofrimento evitável. Nesses contextos, os profissionais de saúde capacitados em CP desempenham papel essencial ao oferecer suporte, alívio do sofrimento e melhora da qualidade de vida das populações impactadas por tais eventos (FONSECA AM, et al., 2023). Além de contribuir diretamente para a redução das desigualdades em saúde, os CP podem fortalecer o desenvolvimento comunitário ao reconhecer e integrar práticas tradicionais de cuidado, saberes locais e redes de solidariedade.

Em comunidades rurais e tradicionais, onde a medicina popular e o cuidado comunitário são amplamente utilizados, a valorização desses conhecimentos nos serviços de CP favorece o respeito à diversidade cultural e fortalece a sustentabilidade social (GONÇALVES RS, et al., 2018; MESQUITA MGR, et al., 2023). Nesse sentido, iniciativas de base comunitária, conhecidas como comunidades compassivas, têm demonstrado resultados positivos na ampliação do acesso aos CP em territórios vulnerabilizados. Essas experiências articulam profissionais de saúde, voluntários, organizações locais, grupos religiosos e lideranças comunitárias para ofertar CP a pessoas em situação de vulnerabilidade social, com foco na melhoria da qualidade de vida dos pacientes e no suporte às famílias (MESQUITA MGR, et al., 2023; SIPPEL A, et al., 2022).

No Brasil, destaca-se a experiência da Favela Compassiva, localizada em São Paulo, que promove o acesso aos CP em comunidades periféricas de difícil acesso, utilizando estratégias de mobilização comunitária, educação em saúde e articulação intersetorial como instrumentos de enfrentamento das barreiras ao cuidado (KELLEMEIER A, 2013; MESQUITA MGR, et al., 2023). Portanto, ao integrar os CP às políticas públicas de saúde e às agendas de desenvolvimento sustentável, é possível avançar na construção de sistemas de saúde mais justos, resilientes e capazes de enfrentar os desafios impostos pelas desigualdades sociais e pelas emergências ambientais contemporâneas.

Devem descrever de forma clara e sem prolixidade as fontes de dados, a população estudada, a amostragem, os critérios de seleção, procedimentos analíticos e questões éticas relacionadas à aprovação

do estudo por comitê de ética em pesquisa (pesquisa com seres humanos e animais) ou autorização institucional (levantamento de dados onde não há pesquisa direta com seres humanos ou animais).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os CP são essenciais para melhorar a qualidade de vida de pessoas com doenças graves, promovendo equidade em saúde e fortalecendo sistemas mais inclusivos e resilientes. No Brasil, a aprovação da PNCP representa um avanço normativo relevante, embora sua implementação enfrente obstáculos como subfinanciamento, escassez de profissionais qualificados e desigualdades na oferta de serviços, especialmente em áreas vulneráveis. A superação desses desafios requer investimentos estruturados, sensibilização social e qualificação profissional, garantindo uma oferta de CP integral, humanizada e equitativa. Além do cuidado individual, os CP contribuem para o desenvolvimento sustentável ao promover justiça social, redução das desigualdades e fortalecimento das redes comunitárias. Sua consolidação no país depende de uma abordagem intersetorial, que integre políticas públicas, justiça social e sustentabilidade, respeitando as diversidades regionais e assegurando o direito ao cuidado digno e ao alívio do sofrimento em todas as fases da vida.

REFERÊNCIAS

1. ANCP. Atlas de Cuidados Paliativos no Brasil 2019. 2020. Disponível em: https://paliativo.org.br/wp-content/uploads/2020/05/ATLAS_2019_final_compressed.pdf. Acessado em: 4 jul. 2025.
2. ARIAS-CASAIS N, et al. Global palliative care: from need to action. Lancet Public Health, 2019; 4(12): 559-560.
3. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de novembro de 2022. Altera os Arts. 6º, 12 e 23 da Resolução CNE/CES nº 3/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Graduação em Medicina. 2022. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2022-pdf-1/242251-rces003-22-2/file. Acessado em: 4 jul. 2025.
4. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Ministério da Saúde lança política inédita no SUS para cuidados paliativos. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/ministerio-da-saude-lanca-politica-inedita-no-sus-para-cuidados-paliativos. Acessado em: 4 jul. 2025.
5. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde Brasil 2021: uma análise da situação de saúde e dos impactos da COVID-19. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/saude-brasil-2020-2021_situacao-de-saude-diante-da-covid-19.pdf. Acessado em: 4 jul. 2025.
6. CASTILHO JL, et al. Desafios para a implementação dos cuidados paliativos no Brasil: uma revisão de escopo. Revista Brasileira de Enfermagem, 2021; 74(5): 20210123.
7. CLARK D, et al. Mapping levels of palliative care development in 198 countries: the situation in 2017. Journal of Pain and Symptom Management, 2021; 61(4): 639-658.
8. CONNOR SR, et al. Estimating the global need for palliative care for children: a cross-sectional analysis. Journal of Pain and Symptom Management, 2018; 55(6): 1154-1166.
9. COSTA LA e SILVA MJP. Formação em cuidados paliativos na graduação em saúde: revisão integrativa. Revista Brasileira de Enfermagem, 2022; 75(3): 20210078.
10. COUTINHO JSL, et al. Estratégias educativas utilizadas na capacitação de cuidadores de idosos: uma revisão integrativa. Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento, 2023; 28: 1-12.
11. COUTINHO JSL, et al. Problematization methodology's impact on nursing and medical students' knowledge about hypodermoclysis: quasi-experimental study. Revista Latino Americana de Enfermagem, 2024; 32: 4131.
12. FONSECA AM, et al. Cuidados paliativos e dignidade humana nos sistemas de saúde: uma reflexão quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Revista Fontes Documentais, 2023; 6: 34-36.
13. GARCIA FS, et al. Formação em cuidados paliativos: perspectivas éticas e sociais no Brasil. Revista Saúde e Sociedade, 2024; 33: 231015.

14. GONÇALVES RS, et al. Formação de profissionais de saúde para os cuidados paliativos: desafios e lacunas. Revista Brasileira de Educação Médica, 2018; 42(3): 122-130.
15. GREENHALGH T e THOROGOOD N. Qualitative Methods for Health Research. 4th ed. London: SAGE, 2018; 400.
16. IAHPC. Consensus-based definition of palliative care 2017. Houston: International Association for Hospice and Palliative Care, 2019. Disponível em: https://iahpc.org/what-we-do/research/consensus-based-definition-of-palliative-care/. Acessado em: 4 jul. 2025.
17. IBGE. Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html. Acessado em: 4 jul. 2025.
18. INCA. Série Cuidados Paliativos: volume 1 – Conceitos e princípios. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/completo_serie_cuidados_paliativos_volume_1_0.pdf. Acessado em: 4 jul. 2025.
19. IHME. INSTITUTO DE MÉTRICAS E AVALIAÇÃO EM SAÚDE. Visualização de Dados GBD Compare. Seattle, WA: IHME, 2019. Disponível em: https://www.healthdata.org/data-tools-practices/interactive-visuals/gbd-results. Acessado em: 4 jul. 2025.
20. KELLEHEAR A. Compassionate communities: end-of-life care as everyone's responsibility. QJM, 2013; 106(12): 1071-1075.
21. KNAUL FM, et al. Improving quality and access to palliative care as an ethical imperative. Lancet Global Health, 2018; 6(6): 594-595.
22. MESQUITA MGR, et al. Comunidade compassiva de favela: ampliando o acesso aos cuidados paliativos no Brasil. Revista da Escola de Enfermagem da USP, 2023; 57: 20220432.
23. MORAIS ML, et al. Estratégias educacionais para o desenvolvimento de competências em cuidados paliativos: revisão integrativa. Acta Paulista de Enfermagem, 2022; 35: 2766.
24. OMS. Cuidados paliativos: dados e informações. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/150287-oms-divulga-recursos-para-servi%C3%A7os-de-cuidados-paliativos. Acessado em: 4 jul. 2025.
25. OMS. Integrating palliative care and symptom relief into health systems: a WHO guide for planners, implementers and managers. 2018. Disponível em: https://www.who.int/public ations/i/item/integrating-palliative-care-and-symptom-relief-into-primary-health-care. Acessado em: 4 jul. 2025.
26. OMS. Resolução WHA 67.19: Fortalecimento dos Cuidados Paliativos como um Componente dos Sistemas de Saúde. Genebra: OMS, 2014. Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA67/A67_R19-pt.pdf. Acessado em: 4 jul. 2025.
27. ONU. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acessa do em: 4 jul. 2025.
28. PROADI-SUS. Relatório Nacional de Cuidados Paliativos. São Paulo: HCor, 2023. Disponível em: https://hospitais.proadi-sus.org.br/projeto/cuidados-paliativos-cp. Acessado em: 4 jul. 2025.
29. RODRIGUES AL, et al. Desigualdades no acesso aos cuidados paliativos no Brasil: análise geográfica e social. Cadernos de Saúde Pública, 2022; 38(4): 213421.
30. SIPPEL A, et al. Community involvement in palliative care: a systematic review on the concept of compassionate communities. Palliative Medicine, 2022; 36(4): 616-630.
31. SMITH TJ, et al. Integration of palliative care into standard oncology care: ASCO clinical practice guideline update. Journal of Clinical Oncology, 2019; 37(1): 96-112.
32. VEIGA DR, et al. Percepção dos profissionais de saúde sobre os cuidados paliativos: uma revisão integrativa. Revista Brasileira de Enfermagem, 2016; 69(6): 1058-1065.
33. WANTONORO W, et al. Palliative care: a concept analysis review. SAGE Open Nursing, 2022; 8: 23779608221117379.
34. WHPC. Global Atlas of Palliative Care. 2nd ed. London: Worldwide Hospice Palliative Care Alliance, 2020. Disponível em: https://www.thewhpca.org/resources/global-atlas-of-palliative-care Acessado em: 20 jun. 2025.